

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Uma administração moderna, com prioridade para a gestão por resultados e a busca pelo melhor desempenho do setor público é o que vem norteando as inovações no âmbito da administração pública estadual. Destacam-se as novas práticas gerenciais, inspiradas na iniciativa privada, e que vêm instrumentalizando órgãos e entidades estaduais através do GestãoBahia, além dos avanços na estrutura de cargos e remuneração, acordos trabalhistas e modernização de rotinas na área de recursos humanos.

Através da gestão compartilhada, outra característica desta administração, foram realizadas intervenções diversificadas ao longo do exercício 2004, mediante a descentralização, promoção de parcerias, indução ao desenvolvimento local sustentável e apoio institucional a entidades.

GESTÃOBAHIA

A proposta do programa GestãoBahia, que vem sendo implementado pela Secretaria da Administração – SAEB, é promover um salto de qualidade no processo de modernização da gestão dos órgãos e entidades da administração pública estadual, através do aporte de uma metodologia de gestão estratégica, orientada para o alcance de metas e resultados e com foco na excelência do atendimento ao cliente/cidadão.

Com um enfoque inovador, que representa uma verdadeira mudança de cultura organiza-

cional, o programa instrumentaliza os órgãos estaduais com uma ferramenta de planejamento estratégico institucional e uma sistemática de acompanhamento e avaliação da capacidade de gestão, ao tempo em que alinha as metas globais e as ações estratégicas com o Plano Plurianual e o Orçamento do Estado.

Outro objetivo do programa é disponibilizar aos órgãos estaduais, através das ferramentas de tecnologia de gestão, a possibilidade de criação de um sistema de remuneração variável, que recompense o cumprimento de metas e o alcance de resultados com uma contrapartida remuneratória vinculada ao desempenho.

Desde a sua concepção, em 2003, o programa GestãoBahia vem se expandindo e consolidando em vários órgãos da administração direta e indireta do Estado. Hoje, já conta com a participação efetiva de oito órgãos e entidades: SAEB, Conder, Bahiatur, CRA, Ebal, EBDA, SECOMP e SJDH.

PROAGE – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

O Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado da Bahia – Proage é desenvolvido pela Secretaria da Administração – SAEB, em parceria com a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, e contará com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O Proage foi construído a partir do

Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnage, articulado nacionalmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também voltado para o financiamento de projetos estaduais de modernização do ciclo de gestão, desde o processo de planejamento e orçamento até a implementação e avaliação das políticas públicas.

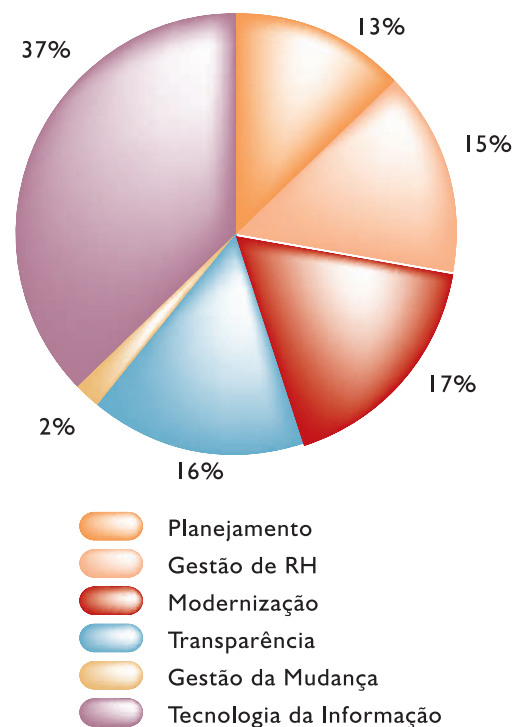
Após um trabalho iniciado em 2003, com a capacitação da equipe técnica estadual para todas as etapas de elaboração do programa e da realização de seminários e oficinas de trabalho com os vários representantes das áreas que constituíam objeto da intervenção, em setembro de 2004 o programa alcançou a sua versão final e encontra-se em processo de análise pelo BID, para aprovação do contrato de empréstimo.

O Proage envolve seis áreas de atuação, desdobradas em 43 ações voltadas para melhorar substancialmente a qualidade do gasto público. A concepção do programa tem como premissa a reestruturação organizacional, com novas políticas de gestão de recursos humanos, modernização do sistema de planejamento, novos modelos de gestão nas áreas de saúde, educação e segurança pública, além das tecnologias de informação e comunicação.

A partir de 2005, a Bahia investirá cerca de R\$ 66 milhões nas ações do programa, entre recursos do BID e contrapartida do Estado. A execução do Proage se dará em oito anos, sendo que a primeira fase tem um orçamento estimado em R\$ 33 milhões, para os próximos quatro anos. O Gráfico 1 apresenta a distribuição de recursos por componente.

GRÁFICO 1

PROAGE – ORÇAMENTO POR COMPONENTE BAHIA, 2004



Fonte: SAEB

FORTALECIMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA

Descentralização da Educação

Dentro da política de melhoria do nível de ensino, o Governo do Estado vem empreendendo esforços para a descentralização plena do Ensino Fundamental nos municípios. A institucionalização da parceria educacional Estado-município vem se processando de forma progressiva, gradual, flexível e coerente com as condições de cada município, através de convênio de ação e parceria.

As novas tecnologias de comunicação ajudaram a fortalecer a interação entre Estado e municípios.

O processo de descentralização ganhou velocidade e agilidade com a utilização da internet. O sistema gerencial inter-redes foi tecnicamente viabilizado, com informações que subsidiam o processo de municipalização. O gerenciamento de docentes e alunos, bem como o monitoramento e avaliação das informações educacionais municipais também estão disponíveis em rede.

No exercício de 2004, foram municipalizadas 208 escolas do Ensino Fundamental, envolvendo um universo de 80.989 alunos, apresentando resultados significativos, que apontam para o cumprimento do compromisso do governo de oferecer ensino de qualidade e descentralizado.

Foram municipalizadas 208 escolas do Ensino Fundamental, atendendo 80.989 alunos.

Descentralização da Saúde

Teve prosseguimento, no exercício de 2004, o processo de descentralização da saúde, nos termos da estratégia definida pelo Governo do Estado. O processo envolve não apenas a transferência de serviços, mas também de responsabilidades, poder e recursos, da esfera estadual para a municipal. O objetivo final é fazer com que os municípios prestem os serviços de atendimento às suas populações e que o Estado dê apoio, com a regulação das relações e a moderação das desigualdades intermunicipais.

A Secretaria da Saúde do Estado – SESAB passou por um processo de reestruturação, em 2004, no sentido de melhor responder às

funções assumidas quando da sua habilitação na Gestão Plena do Sistema Estadual, em 2003. A secretaria saiu da simples condição de prestador público do Sistema Único de Saúde – SUS para a de co-gestor desse sistema. Agora, o Estado é que está gerindo a assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e também a contratação, controle e pagamento de todos os prestadores da rede SUS na Bahia.

A Bahia deu um passo decisivo para a consolidação do processo de descentralização da saúde no Estado quando estabeleceu a regionalização da assistência como prioridade. Isso garantiu a integralidade das ações e serviços de saúde e norteou o Plano Diretor de Regionalização – PDR. O desenho territorial do plano foi revisado, posteriormente, pelo conjunto dos 417 municípios, quando da realização da Programação Pactuada Integrada – PPI, e resultou na definição de oito macrorregiões, 32 microrregiões e 125 módulos assistenciais de saúde no Estado.

Descentralização da Assistência Social

O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social compreende um conjunto de ações de assistência social de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, em seus respectivos níveis. Essas ações são programadas e executadas de maneira complementar e cooperativa e são articuladas entre si por meio do Conselho Estadual da Assistência Social e da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, formada por representante do gestor estadual e dos gestores municipais e que contam, ainda, com a participação da sociedade civil, por intermédio dos Conselhos de Assistência Social.

A CIB, vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, já habilitou 311 municípios na Gestão Municipal da Assistência Social, além de estar renovando a habilitação dos 289 municípios que já haviam sido habilitados até o ano de 2002 e sistematizando as informações de 153 Relatórios de Gestão encaminhados pelos municípios.

Descentralização da Gestão dos Recursos Hídricos

O Projeto de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos dá suporte ao gerenciamento dos recursos hídricos desenvolvendo estudos, convênios e apoiando ações necessárias à descentralização da gestão e ao gerenciamento participativo.

A descentralização vai facilitar as ações preventivas e o uso correto e auto-sustentável dos recursos hídricos. O projeto busca o apoio da comunidade para a solução dos problemas relacionados ao uso dos recursos naturais.

Em 2004 foram desenvolvidas as seguintes ações: 71 notificações; 23 atendimentos a denúncias; nove mediações de conflitos; 72 trabalhos de educação ambiental e de mobilizações de usuários; e apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBH-SF.

O CBH-SF, no exercício, celebrou um Convênio de Cooperação Técnica com a Agência Nacional

de Águas – ANA, e a Superintendência de Recursos Hídricos/SEMARH instalou a Secretaria Executiva em Salvador, para dar suporte ao Comitê da Bacia, elaborando o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Desenvolvimento Local Sustentável

Promovida pela SECOMP, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local Sustentável teve como destaque, no exercício de 2004, as ações do Projeto de Desenvolvimento de Oportunidades de Negócios (Comunidade Empreendedora), que foi executado em parceria com o Sebrae, em todos os municípios originários do antigo programa Faz Cidadão, que era voltado para os 100 municípios do Estado com mais baixos indicadores sociais. Cabe chamar a atenção, também, para a conclusão do Projeto de Dinamização da Cultura e Difusão do Esporte e Lazer.

Idealizado para atender às prioridades municipais identificadas no processo de implantação do Programa Estadual de Desenvolvimento Local – Faz Cidadão, o projeto Comunidade Empreendedora utilizou também como subsídios os diagnósticos elaborados pelo Sebrae-BA, onde foram identificadas as potencialidades dos municípios integrantes do projeto.

O projeto beneficiou 247 associações, atingindo um total de 7.410 produtores rurais

Na sede de cada Região Administrativa da Água – RAA, funciona uma Casa de Recursos Naturais – CRN. Através da CRN, as decisões sobre o cuidado com a água passam a ser tomadas por região, com a participação dos usuários. As pessoas poderão contribuir com informações sobre o uso da água nas suas comunidades.



Desenvolvimento Local Sustentável

com ações focadas em diversas atividades produtivas para geração de renda e criação de postos de trabalho.

Durante o exercício de 2004, foram desenvolvidas ações de capacitação em diversas áreas temáticas e ampliadas as intervenções do programa em todos os municípios do Faz Cidadão, conforme a Tabela 1 e o Quadro 1.

TABELA 1
**COMUNIDADE EMPREENDEDORA –
REALIZAÇÕES
BAHIA, 2004**

AÇÃO	RESULTADO
Sensibilização e Mobilização	546
Capacitação Tecnológica	325
Clínica Tecnológica	314
Organização Associativa	166
Missão Tecnológica	111
Supervisão e Avaliação	75
Diagnóstico de Comercialização	38
Saber Empreender	33
Plano de Comercialização	15
Como Vender Mais e Melhor	11
Capacitação Rural	5

Fonte: SECOMP

QUADRO 1
**COMUNIDADE EMPREENDEDORA –
PRINCIPAIS RESULTADOS
BAHIA, 2004**

MUNICÍPIO	RESULTADO ALCANÇADO
Aracatu	Produção de defumado de caprino
Aratuípe	Artesanato
Belo Campo	Agroindústria para produção de farinha
Buritirama	Produção de mel
Caatiba	Industrialização da banana
Dário Meira	Horta comunitária
Filadélfia	Fábrica de polpa de frutas
Igrapiúna	Processamento da tilápia
Irajuba	Produção de derivado de mandioca
Itaguaçu da Bahia	Produção de defumado de caprino
Itatim	Artesanato de palha
Lafayette Coutinho	Casa do Mel
Lagedo do Tabocal	Produção de mel
Lamarão	Produção de derivado de mandioca
Mulungu do Morro	Produção de defumado de caprino
Pirai do Norte	Agroindústria de doce
Santa Brígida	Artesanato de palha
Varzedo	Horta comunitária

Fonte : SECOMP

**Fortalecimento da Gestão Municipal
de Interesse Turístico**

O Governo da Bahia tem no turismo uma área de extraordinário potencial para o desenvol-

vimento econômico do Estado e para a geração de emprego e renda. Nesse sentido, foram realizadas, no exercício de 2004, ações de grande importância para a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur II, entre as quais a conclusão do Projeto de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Gestores do Turismo, em análise no Banco do Nordeste do Brasil – BNB; a elaboração do Termo de Referência, base para formulação do Plano de Fortalecimento Municipal para Gestão do Turismo, do Patrimônio Natural e Cultural; bem como as articulações com os Conselhos dos Pólos Turísticos, dentro da política de gestão participativa iniciada com o Prodetur II.

O Projeto de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Gestores do Turismo para o Prodetur II realizou uma análise diagnóstica e orçamentária das necessidades da Secretaria da Cultura e Turismo – SCT, representada pela Unidade Executora Estadual, a Superintendência de Desenvolvimento do Turismo, e a Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa, no que diz respeito à estrutura administrativa e às gestões

estratégica, operacional e de recursos humanos.

O Plano de Fortalecimento Municipal para a Gestão do Turismo, do Patrimônio Natural e Cultural oferece aos municípios e suas populações os instrumentos e a capacitação necessária para manter e aperfeiçoar as atrações turísticas e os serviços locais. O objetivo é garantir o crescimento do turismo interno a médio e longo prazo. Esse primeiro plano engloba 11 municípios, integrantes dos seguintes Pólos Turísticos:

- Pólo do Descobrimento: Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte;
- Pólo Litoral Sul: Valença, Itacaré, Cairu, Maraú, Camamu; e
- Pólo Salvador e Entorno: Salvador, Mata de São João e Camaçari.

Os Conselhos dos Pólos Turísticos: Salvador e Entorno, Litoral Sul, Chapada Diamantina e Descobrimento constituem um espaço siste-



Gestão Municipal do Turismo

matizado para planejamento, deliberação e viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo nessas regiões, em especial nas áreas incluídas no Prodetur II.

Como coordenadora desses quatro Conselhos, a Unidade Executora Estadual – UEE-BA promoveu diversos debates com o objetivo de discutir as estratégias e prioridades de desenvolvimento turístico, assegurando, desta forma, um processo transparente na tomada de decisão. A Coordenação procurou mostrar aos conselheiros as interfaces entre o Plano Nacional de Turismo e o Prodetur II, para sensibilizá-los quanto à convergência das estratégias nacional e estadual nas ações previstas. Cabe destacar, também, a elaboração do termo de referência dos Projetos de Capacitação para os Pólos Turísticos de Salvador e Entorno e do Litoral Sul, realizado em 2004.

Dessa forma, a Bahia caminha para instituir um padrão de excelência nos serviços de turismo no Estado, seguindo com segurança para se consolidar como um dos principais centros de atração turística do país.

RECURSOS HUMANOS

PromoRH

Em processo de implementação pela SAEB, o PromoRH visa conferir maior efetividade à política de gestão de pessoas da administração pública estadual, através de ações voltadas para adequar os recursos humanos do Estado às novas necessidades dos órgãos e entidades

do governo e para promover um modelo de desenvolvimento de pessoas com foco nas competências. O PromoRH busca, além disso, a simplificação e automação dos procedimentos, concedendo direitos e benefícios ao servidor de forma automática ou em curto prazo. O servidor e o empregado público tornam-se responsáveis pela atualização dos seus dados cadastrais, mas o PromoRH é dotado de um sistema de parâmetros que possibilita interfaces com outros bancos de dados, de sorte a dar consistência às informações cadastradas.

Esse novo modelo de gestão busca atender de forma concreta uma administração gerencial voltada para os resultados, criando condições para implementar uma política de remuneração variável que recompense os servidores pelo alcance das metas da organização. Estima-se em 1% do valor anual da folha de pagamento a economia resultante da racionalização dos procedimentos e da eliminação de erros e inconsistências do atual sistema, o que significará uma redução anual de custos da ordem de R\$ 30 milhões.

O gasto global para 2004 com a administração de recursos humanos do Estado foi de R\$ 3,2 bilhões. O contingente de pessoas ativas encontra-se distribuído em 58 unidades administrativas, entre órgãos e entidades do governo. O PromoRH contou, na sua fase inicial, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e de contrapartida do Estado que totalizaram R\$ 2,6 milhões e complementarmente, com recursos diretos do Tesouro Estadual no montante de R\$ 5,8 milhões.

Foi iniciado, no exercício de 2004, o detalhamento de processos da área de RH, que é parte complementar do redesenho de processos, realizado no ano de 2001. Além disso, teve continuidade o processo de desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH, iniciado em 2003.

O detalhamento de processos tem como objetivos a estruturação das novas atividades e rotinas, a identificação dos novos postos de trabalho e dos perfis profissionais necessários, a definição do quadro de pessoal e da infraestrutura necessária para atender de forma consistente e segura os processos do novo modelo de gestão.

Entre as ações executadas no exercício de 2004, cabe destacar a conclusão dos fluxogramas das novas atividades da área de recursos humanos e a elaboração da documentação descritiva em forma de Manual e Normas de Procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado, que se encontra em andamento, bem como o diagnóstico do quadro atual, cuja discriminação está apresentada na Tabela 2.

TABELA 2**RECURSOS HUMANOS
BAHIA, 2004**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVO
Servidor e Empregado	175.000
Aposentado	55.000
Pensionista	16.000
Estagiário/Menor Aprendiz	6.000
TOTAL	252.000

Fonte: SAEBS/SRH

Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH

Contratada por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, ao custo de R\$ 3,8 milhões, a construção do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH foi iniciada em junho de 2003. O sistema viabilizará a implementação dos novos processos com elevado grau de automação de suas rotinas, racionalizando estruturas administrativas e funcionais, além de possibilitar a descentralização das atividades e a completa eliminação de desperdícios de tempo e custo. Quando em pleno funcionamento, o SGRH vai oferecer maior segurança no processamento de dados e maior facilidade e agilidade na obtenção de informações gerenciais.

Essa nova forma de interação entre os gestores públicos e os servidores ativos do Poder Executivo, através do novo Sistema de Gestão de RH, pela internet, levará a uma economia de aproximadamente 1,5 milhão de folhas de papel, que representam um custo estimado em R\$ 150 mil por ano. De difícil quantificação, mas de inquestionável importância, é a extraordinária redução de custos em horas despendidas com a ocupação dos servidores – entre as quais se incluem horas de trabalho dos funcionários administrativos, dos procuradores estaduais, dirigentes e outros servidores, numa rede burocrática de geração e acompanhamento de aproximadamente 64 mil processos de requerimentos por ano.

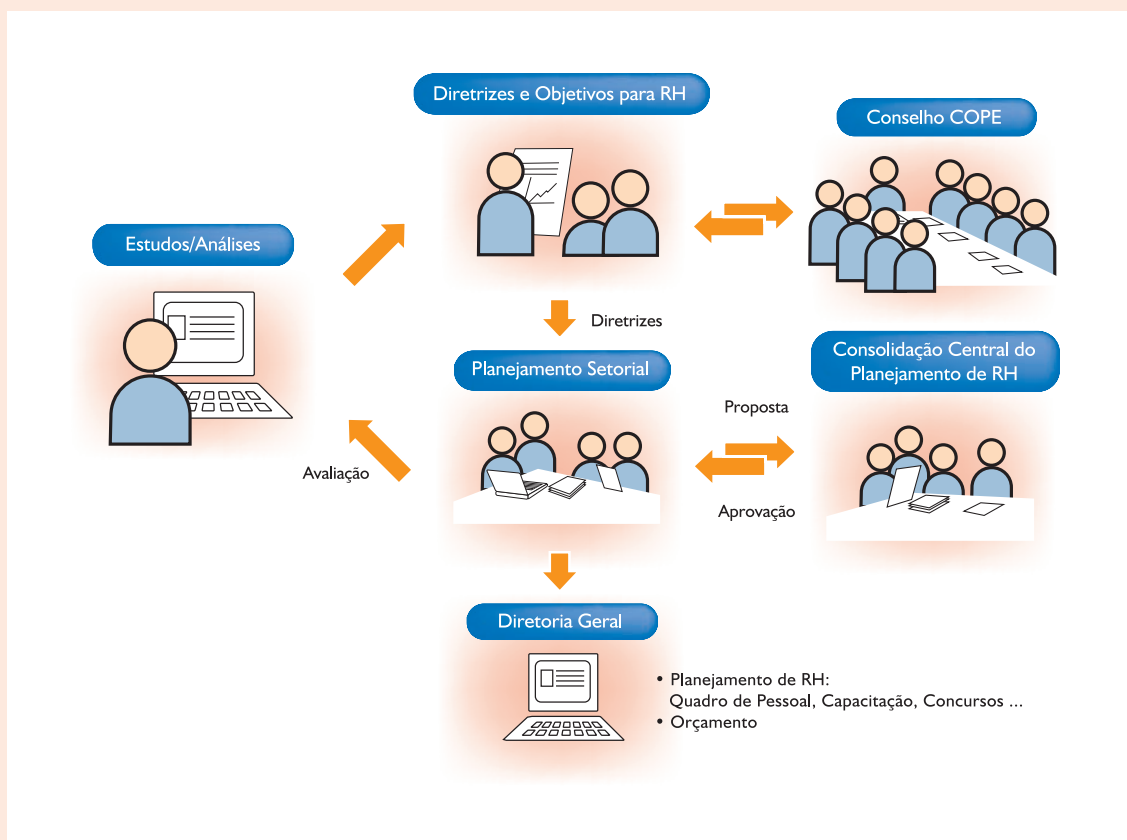
O SGRH dará suporte aos novos processos de trabalho da área de recursos humanos do Poder Executivo Estadual e tem como objetivos:

- Subsidiar o planejamento, operacionalização e controle das ações;
- Prover de maior agilidade e transparência os procedimentos relativos à gestão de recursos humanos;
- Implementar uma sistemática de acompanhamento e controle permanentes, utilizando indicadores comparativos; e
- Utilizar intensivamente os recursos da tecnologia da informação.

Em razão da complexidade das exigências da gestão de pessoas no Estado, o novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos foi estrutu-

rado em sete módulos: Planejamento; Cadastro e Admissão; Desenvolvimento; Movimentação; Benefícios Previdenciários; Pagamentos e Controle Gerencial. No exercício de 2004, foram desenvolvidos os seguintes módulos:

Planejamento de Recursos Humanos – Módulo responsável pelas atividades de registro das diretrizes e objetivos para a administração de pessoal, detalhamento das ações e consolidação das necessidades funcionais definidas pelos gestores das ações em cada órgão do Estado. O módulo coordena demandas como quadro de lotação, remanejamento de servidores, identificação da necessidade de concursos públicos e de capacitação, entre outras questões.



Esse módulo também funciona como cadastro de indicadores para análise de planejamentos realizados anteriormente, análises estatísticas do quadro de pessoal, pesquisas salariais, estudos de tendência e impactos de inovações tecnológicas no mercado de trabalho.

Cadastro e Admissão – Esse módulo é voltado para a criação de mecanismos de controle e acompanhamento das informações cadastrais, desde a inscrição em processo seletivo até a admissão do servidor. No processo seletivo, passo inicial dos trâmites de admissão dos servidores, os candidatos deverão se inscrever, preenchendo as informações cadastrais via internet ou nos postos de atendimento, recebendo uma senha para acesso a outras informações.

O sistema prevê a verificação eletrônica de dados com os órgãos emissores dos documentos, a exemplo de informações relativas a nome, identidade e certificação de escolaridade. O controle dos dados que não forem verificados no momento do cadastramento inicial, de forma eletrônica ou manual, será realizado posteriormente, a qualquer momento.

Movimentação – Esse módulo contempla todas as movimentações cadastrais e funcionais que podem ocorrer durante a vida funcional do servidor/empregado, a partir do novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos. Essas movimentações poderão ser registradas de forma automática, por solicitação do servidor ou por solicitação do órgão interessado. As rotinas serão controladas e realizadas automaticamente pelo sistema, sem interferência do servidor ou do órgão, com base nas informações do cadastro individual e nas regras previstas para cada tipo de movimentação.

Concursos

Buscando captar no mercado de trabalho profissionais qualificados para reforçar o quadro de pessoal do Estado, foram realizados e concluídos, no exercício de 2004, os concursos para os cargos de especialista em políticas públicas e gestão governamental, com 100 vagas; de auditor fiscal, que ofereceu 60 vagas; e de especialista em obras públicas, com mais 60 vagas. Foram iniciados, ainda, os processos para selecionar 3.855 professores, 800 coordenadores pedagógicos, e 412 peritos criminais. Continuam sendo convocados os habilitados em concursos realizados em exercícios anteriores, como o da Polícia Militar, que nomeará em 2005 cerca de 3.200 soldados. A Tabela 3 demonstra o quantitativo de nomeações efetuadas ao longo de 2004.

TABELA 3

**PROVIMENTO DE PESSOAL
BAHIA, 2004**

CARGO	NOMEAÇÃO
Professor – concurso realizado em 2001	784
Professor – concurso realizado em 2000	548
Agente de Polícia	405
Escrivão de Polícia	219
Delegado de Polícia	205
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	50
Procurador do Estado	49
Especialista em Obras Públicas	40
Técnico e Agente em Defesa Agropecuária	13
Técnico e Agente de Recursos Naturais	1
TOTAL	2.314

Fonte: SAEB

PROBAHIA DIGITAL

O Governo Eletrônico – e-gov, é sinônimo de um governo mais eficiente, transparente e funcional. A ampla e segura utilização das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação tornam os serviços públicos mais acessíveis à população e permitem maior acesso às informações. Os projetos de e-gov implantados pelo Governo da Bahia vêm se tornando uma referência no Brasil e no exterior. Durante o exercício de 2004, a SAEB recebeu delegações e participou de eventos nacionais e internacionais sobre Governo Eletrônico, a convite da ONU, de governos de diferentes países e de outros Estados da Federação.

COMPRASNET.BA

O Comprasnet.ba, portal de compras eletrônicas do Estado da Bahia, implantado em 2001, se consolidou como uma ferramenta de trabalho das áreas de contratação e das comissões de licitação do Estado. O portal funciona como um leilão reverso *on-line*, onde ganha quem dá o menor lance na venda de cada item cotado. Pode ser utilizado na aquisição de bens de consumo e na contratação de

serviços na faixa de dispensa de licitação, que, na Bahia, é limitada a R\$ 5,6 mil. Entre outros benefícios, o serviço contribui para reduzir os custos operacionais e os preços praticados no mercado, bem como para ampliar o número de fornecedores participantes, conferir transparência no acompanhamento dos gastos públicos e oferecer maior agilidade no processo de aquisição.

Acessado através do endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br, além das modalidades já previstas na Lei Federal nº 8.666/93, os fornecedores podem consultar todos os pregões presenciais previstos para o período, copiar o edital, consultar pedido de cotação de preços e formular questionamentos. Para os pregões eletrônicos, o portal oferece um *link* de acesso ao portal de licitação do Banco do Brasil, utilizado a partir de contrato firmado entre a SAEB e o Banco do Brasil, onde os pregões poderão ser consultados e ter os seus itens cotados.

O Comprasnet.ba já registrou, desde sua implantação, cerca de 21 mil cotações eletrônicas. Isso representa para os cofres públicos uma economia estimada da ordem de R\$ 9,5 milhões quando a compra é comparada com o valor referencial do banco de preços do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas.

Essa redução se justifica pela ampliação do número de fornecedores participantes em cada processo de dispensa de licitação. O portal Comprasnet.ba conta com 4.924 fornecedores credenciados a participar das cotações de preços para os itens dos mais diversos ramos de atividade, sendo que para cada item cotado o portal tem garantido uma média de oito lances de preços.



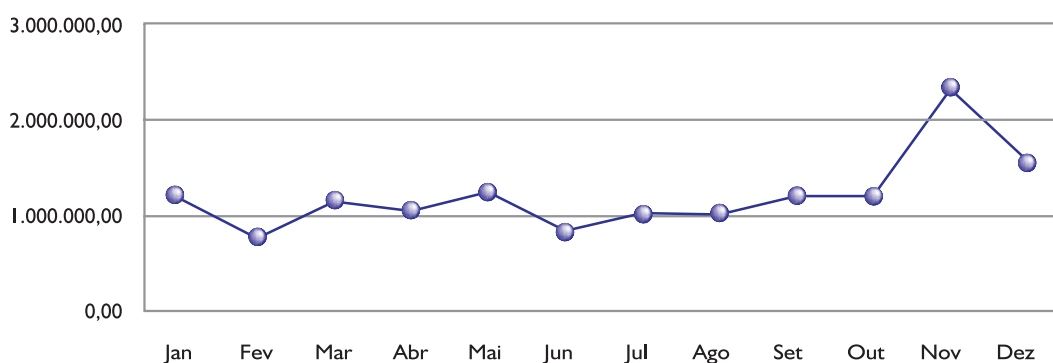
Comprasnet.ba

Os Gráficos 2 e 3 apresentam a evolução das cotações eletrônicas e dos fornecedores credenciados ao longo do exercício 2004.

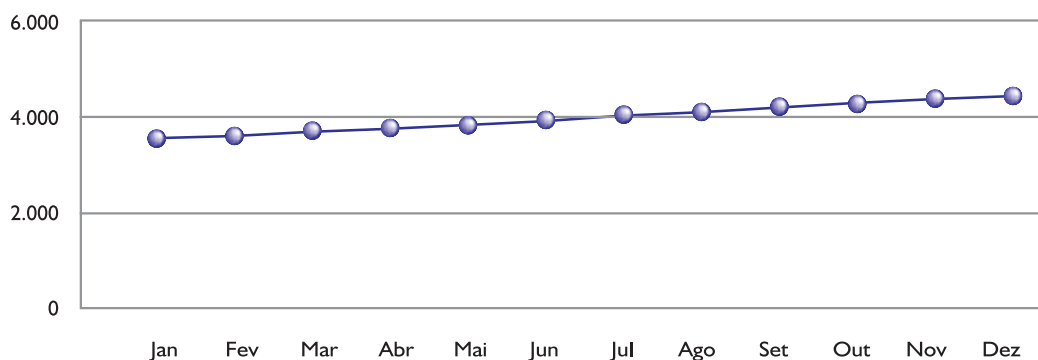
Para estimular a utilização das cotações eletrônicas, o Comprasnet.ba disponibiliza terminais de computador de livre e exclusivo acesso para o portal em diversos postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, como demonstrado no Gráfico 4. Além da cotação on-line, o Comprasnet.ba permite que cidadãos, fornecedores e unidades gestoras tenham acesso, de forma ágil e simples, a uma série de serviços e

informações como Avisos de Licitação, Compras Ativas, Cadastro de Fornecedores, Catálogo de Materiais e Serviços, Registro de Preços, Valor Referencial e Última Compra de Bens e Serviços.

O crescimento da utilização do Comprasnet.ba na Capital e nas cidades do interior do Estado atesta o êxito das ações de capacitação dos servidores das unidades gestoras e das estratégias de divulgação junto aos fornecedores. Um serviço de *help desk* é disponibilizado para atender às unidades gestoras e aos fornecedores, ampliando o canal de comunicação.

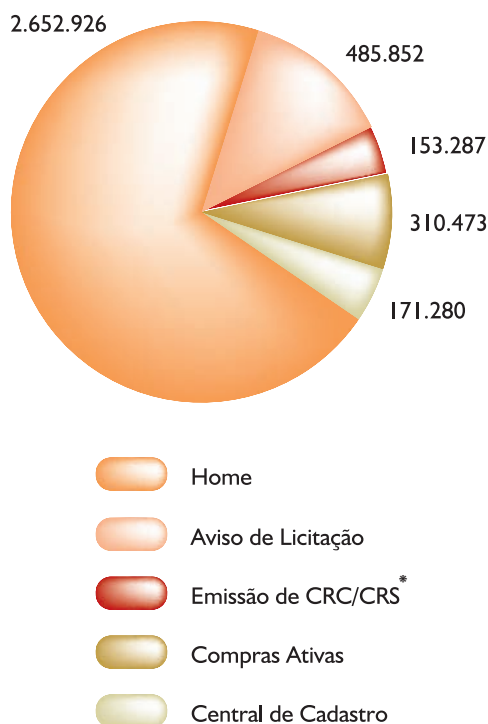
GRÁFICO 2
ANÁLISE DAS COTAÇÕES ELETRÔNICAS – ECONOMIA BAHIA, 2004


Fonte: SAEB

GRÁFICO 3
FORNECEDORES CREDENCIADOS – EVOLUÇÃO BAHIA, 2004


Fonte: SAEB

GRÁFICO 4

ACESSO AO PORTAL
COMPRASNET.BA
BAHIA, 2004

Fonte: SAEB

* CRC – Certificado de Registro Cadastral

* CRS – Certificado de Registro Simplificado

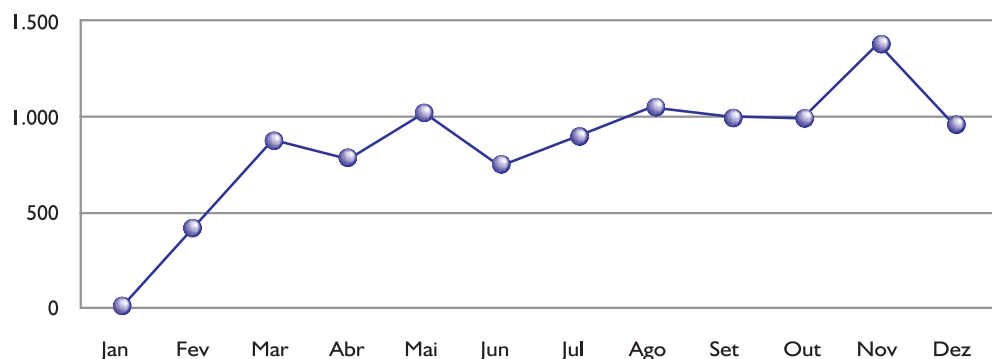
Também é editado e distribuído o periódico mensal "SSA Informa", com o objetivo de levar informações de interesse dos gestores de compras de materiais, contratações de serviços e patrimônio. O Gráfico 5 demonstra o desempenho do Comprasnet.ba ao longo de 2004.

BAHIA.GOV

O portal Bahia.gov disponibilizou, durante o ano de 2004, mais 712 serviços de atendimento e de informações, representando um aumento de 49% em relação ao ano anterior.

Cabe destacar, entre os novos serviços disponibilizados, o Serviço de Denúncias de Perda ou Extravio de Documentos, cuja operação teve início no Carnaval de 2004, e o serviço "Fale com o Governo", em operação na Ouvidoria do Estado. Além dos serviços de atribuição do poder público, foram disponibilizados no portal Bahia.gov 83 serviços do setor privado de interesse do cidadão. A Tabela 5 apresenta o comparativo de serviços disponibilizados.

GRÁFICO 5

COMPRAS ELETRÔNICAS REALIZADAS
BAHIA, 2004

Fonte: SAEB

PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão é uma nova modalidade de licitação em que é possível aos fornecedores, reunidos em uma sala ou via internet, fazer vários lances, num leilão de preços destinado a estabelecer a melhor oferta para bens e serviços a serem adquiridos pelo setor público. O Governo da Bahia regulamentou, em 2003, os procedimentos para a realização de licitações na modalidade pregão, com vistas a aproveitar as vantagens que esta apresenta em relação às demais, sendo que a principal é a redução do tempo dos procedimentos e dos prazos recursais, considerados como os maiores entraves para a celeridade das licitações públicas. O pregão traz como principal inovação a inversão das fases de propostas e habilitação, além de contemplar a possibilidade da sua realização em sessão pública, na presença dos licitantes (o chamado pregão presencial) ou *on-line*, através do recebimento de propostas e lances virtuais via internet (o chamado pregão eletrônico).

A nova modalidade vem atender ao interesse da sociedade, que exige da administração pública absoluta transparência, celeridade, economia e eficiência na realização dos processos de licitação.

A SAEB realizou, em outubro de 2003, o seu primeiro pregão presencial, para aquisição de fardamento para a Polícia Militar do Estado, permitindo uma economia de 36%. No mesmo mês, aconteceu um pregão eletrônico para aquisição de 120 microcomputadores para órgãos da administração pública, que resultou em uma economia de 25% em relação aos preços referenciais de mercado.

Em outubro de 2004, o Governo do Estado, através da SAEB, expediu a Instrução 006, dispondo que os órgãos e entidades da administração pública estadual deverão adotar as modalidades pregão presencial e eletrônico, a partir de 2005, para as licitações e contratos administrativos pertinentes a bens e serviços comuns.

Ao final do exercício, foram realizados 98 pregões presenciais e 20 eletrônicos, tendo sido estabelecida uma diferença de 34,08% entre o preço de referência e o alcançado nos pregões, o que representa uma economia da ordem de R\$ 31,2 milhões.

A Tabela 4 apresenta o desempenho do Pregão no exercício de 2004.

TABELA 4
**DESEMPENHO DO PREGÃO
BAHIA, 2004**

DISCRIMINAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL	PREGÃO ELETRÔNICO	TOTAL
Realizado (unidade)	98	20	118
Valor referencial (em R\$ 1.000,00)	55.318	36.229	91.547
Valor contratado (em R\$ 1.000,00)	32.508	27.839	60.347
Diferença (em %)	41,23	23,16	34,08
Economia (em R\$ 1.000,00)	22.810	8.390	31.200

Fonte: SAEB

TABELA 5

BAHIA. GOV – COMPARATIVO DE SERVIÇOS POR ESFERA DE GOVERNO BAHIA, 2003/2004

	ANO	TOTAL	VARIAÇÃO
Governo Federal	2003	335	81,2%
	2004	607	
Governo Estadual	2003	1.018	31,0%
	2004	1.334	
Governo Municipal	2003	101	122,8%
	2004	225	
TOTAL DE SERVIÇOS	2003	1.454	49,0%
	2004	2.166	

Fonte: SAEB

DATA CENTER

Data Center é uma evolução do conceito de centro de processamento de dados. Seus melhores atributos são os equipamentos servidores de aplicações, de armazenamento compartilhado, de elevado grau de segurança e modernos recursos de provimento ininterrupto de energia elétrica e climatização. O Data Center vai abrigar o Centro de Gerenciamento Operacional da Rede Governo.

As novas etapas previstas no cronograma do projeto já estão em andamento: a implantação da Sala-Cofre e a realização das licitações para aquisição e instalação de servidores dedicados de médio e pequeno porte, com *software* básico incluído, além de equipamento de armazenamento de alta performance e sistema de cópias de segurança de alta confiabilidade, adequados aos requisitos do novo Data Center.

REDE GOVERNO

A Rede Governo abre novas perspectivas para a conexão entre o chamado mundo dos dados

e a gestão governamental. Através do desenvolvimento de soluções para racionalizar o uso de suas infra-estruturas, o governo demonstra, mais uma vez, estar em sintonia com a revolução da tecnologia de rede.

Foram iniciados, no exercício de 2004, estudos de novos projetos tais como a atualização da rede de alta velocidade para o Centro Administrativo da Bahia – CAB, através da migração do protocolo ATM para o *Gigabit Ethernet*. Esse projeto permite o aumento da banda disponível para as aplicações, agrega novas funcionalidades, incrementa a qualidade da prestação do serviço, possibilita maior agilidade das práticas gerenciais e provoca uma redução significativa de custos para o Estado. O projeto encontra-se em fase de finalização, com previsão para implantação no primeiro trimestre de 2005.

A atualização da rede de alta velocidade para o CAB possibilitará, também, a implantação da tecnologia VoIP (Voz sobre Protocolo da Internet). Haverá reforço na convergência de dados, vídeo e voz, através da monitoração, gerência e avaliação da qualidade de ambientes heterogêneos de rede.

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

A Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab tem a finalidade de gerir a política de edificações públicas do Estado, coordenando os programas relativos à construção, ampliação, recuperação, reparação, manutenção, urbanização e paisagismo dos prédios públicos. Para isso, a Sucab

empreendeu, no exercício de 2004, um conjunto de realizações com o propósito de atender às demandas formuladas pelas diversas unidades setoriais.

Ao longo do exercício 2004 foram aplicados R\$ 57,4 milhões na realização de 676 obras. O detalhamento destas intervenções está descrito nas áreas específicas deste Relatório.

QUALIOP – PROGRAMA DE QUALIDADE DAS OBRAS PÚBLICAS DA BAHIA

Criado em abril de 2000, o programa está operacionalmente consolidado, seguindo as orientações do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade da Habitação – PBQP-H. Seus principais objetivos são a melhoria da qualidade dos materiais, componentes, sistemas construtivos, projetos e técnicas construtivas nos empreendimentos do Governo do Estado da Bahia; a integração e articulação das ações na área da qualidade dos órgãos executores de obras públicas do Estado; o estabelecimento de acordos setoriais de qualidade com os diversos segmentos da construção civil; e a implantação de processos de qualificação, homologação e certificação de produtos e serviços.

O programa é baseado na metodologia da qualificação evolutiva, alcançada após quatro níveis, denominados "D", "C", "B" e "A". O nível "A" equivale à certificação ISO 9000, conforme discriminação apresentada na Tabela 6.

Ao longo dos quatro anos de existência do Qualiop, várias modificações vêm sendo

TABELA 6

QUALIOP – EMPRESAS QUALIFICADAS BAHIA, 2004

TIPOLOGIA DA EMPRESA	NÍVEL DE EXIGÊNCIA				TOTAL
	A	B	C	D	
Edificação	64	86	59	282	491
Obra Rodoviária	30	25	40	276	371
Saneamento	12	14	55	229	310
Urbanização	4	7	27	65	103
Projeto	–	32	36	15	83
Pedra Britada	–	–	10	–	10
Órgão Contratante	–	–	2	3	5
Pré-Fabricado de Cimento	–	–	–	2	2
TOTAL	110	164	229	872	1.375

Fonte: SEDUR/Sucab

introduzidas no seu escopo. Em 2004, por exemplo, surgiu o item "urbanização", como uma subdivisão do escopo "edificações". Vários acordos foram firmados e outros estão sendo analisados, com a participação das universidades, institutos de pesquisa e organismos certificadores, além de representantes da cadeia produtiva da construção civil, resultando em 11 programas setoriais já em vigência.

As licitações feitas pelos órgãos contratantes do Estado, em sua grande maioria, passaram a ser realizadas atendendo às exigências definidas no Qualiop, que já deu início a estudos para emissão de certificado próprio.

Começou a ser desenvolvido, no exercício de 2004, um projeto piloto – coordenado pela Sucab, em parceria com a Embasa e a Bahiagás – com metodologia específica para avaliação da competência dos profissionais que trabalham na construção civil.

A partir dos resultados, as empresas poderão propiciar treinamento adequado e específico, atendendo às deficiências apresentadas pelos funcionários.

RECICLA CAB – PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO NO CAB

Através do Recicla CAB, 17,4 toneladas de material reciclável são coletadas mensalmente.

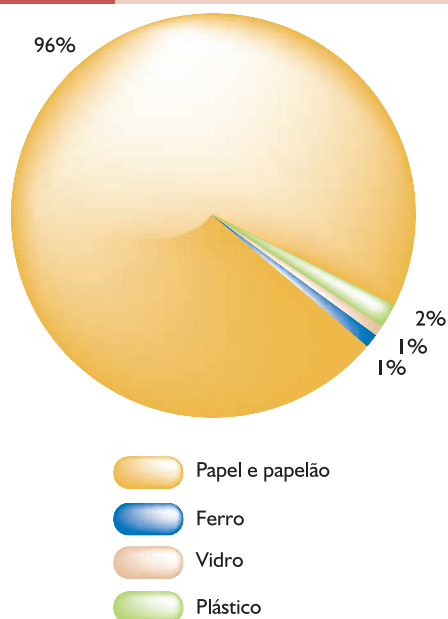
Programa criado com o propósito de diminuir o desperdício de material reciclável, na maioria papel e papelão, descartados diariamente no Centro Administrativo da Bahia – CAB. Trata-se de uma ação, entre as muitas do Governo da Bahia, voltada para a busca do desenvolvimento sustentável e alinhada à política nacional de meio ambiente.

Participam do programa, no Centro Administrativo da Bahia, 46 órgãos públicos estaduais e federais, com a colaboração de 13 mil servidores. O programa foi expandido também para a Base Naval de Aratu (Recicla BNA) e para o SAC (Recicla SAC). A produção total acumulada do programa, desde abril de 1999,

é de 987 toneladas, o que proporcionou ganhos ambientais, econômicos e sociais, como: a economia de mais de 10.280 m³ de espaço no Aterro Metropolitano Centro, em Salvador, além de evitar o corte de 18 mil árvores adultas, reduzir o consumo de água e energia em processos industriais para a fabricação de papel e manter trabalhando dezenas de catadores vinculados a cooperativas de reciclagem de lixo. O Gráfico 6 e a Tabela 7 apresentam o desempenho do programa em 2004.

GRÁFICO 6

RECICLA CAB – MATERIAIS RECICLÁVEIS COLETADOS BAHIA, 2004



Fonte: SEDUR/Sucab

TABELA 7

TOTAL DE LIXO RECICLADO MENSALMENTE PELO RECICLA CAB BAHIA, 2004

MÊS	EM TONELADAS												TOTAL
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
Quant.	38	13	18	22	17	12	12	16	16	15	15	15	209
Média													17,4

Fonte: SEDUR/Sucab

SISTEMA DE TELEFONIA DO CAB

Para uma administração moderna e eficiente, é fundamental a manutenção de alto nível no serviço de comunicações telefônicas. Essa atribuição vem sendo desempenhada pela Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA, através da operação do Sistema de Telefonia do CAB.

No exercício de 2004, foram implementadas soluções de telecomunicações para diversos órgãos situados no CAB, com uso das facilidades já disponíveis. Nesse período, foram realizadas cerca de 88 consultorias a diversos órgãos, bem como o atendimento a mais de 6.660 solicitações, entre serviços e reparos na Planta de Telecomunicações do CAB. Também foram realizados estudos de tráfego, em parceria com a Telemar, para avaliação de desempenho e dimensionamento do Sistema de Telecomunicações.

Em ação conjunta com o Comitê Gestor de Telefonia, teve continuidade o trabalho voltado para a redução dos gastos com telefonia no Governo do Estado, com a realização de diversas reuniões de trabalho, estudo e prospecção de novas facilidades.

Em dezembro de 2004, houve contratação para a ampliação e atualização de *software* do

sistema telefônico do CAB, o que proporcionará novas facilidades e uma economia mensal da ordem de R\$ 175 mil.

Para avaliar concretamente o desempenho da Planta de Telecomunicações do CAB e a satisfação dos clientes com o serviço, são adotados Indicadores de Desempenho Operacional, similares aos que eram utilizados no Sistema Telebrás, porém adaptados às circunstâncias do CAB.

PROMOÇÃO DE PARCERIAS

Organizações Sociais – OSs

As parcerias constituem, hoje, importantes instrumentos de gestão pública, fundamentais para determinar a viabilidade de muitos programas governamentais. Elas representam para os governos – que, quase sem exceção, convivem com a realidade da escassez de recursos – uma alternativa que permite desenvolver projetos para cuja execução o Estado não teria condições imediatas. Nesse contexto, a iniciativa privada e a sociedade civil passam a assumir papel cada vez mais significativo na execução e financiamento de investimentos de interesse público.

A parceria é uma prática da administração pública moderna, adotada com êxito pelas

Na Bahia, já existem quatro experiências consolidadas de instituições geridas pelas OSs: a Biofábrica de Cacau, em Ilhéus; o Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho, em Irecê; o Centro de Educação Tecnológica Escola Áureo de Oliveira Filho, em Feira de Santana; e a Associação Tecnológica Educacional (Cetec), em Camaçari. A Biofábrica de Cacau já produziu mais de cinco milhões de mudas com alto valor genético.



Organizações Sociais – Biofábrica de Cacao em Ilhéus

nações mais desenvolvidas do mundo. O Governo da Bahia quer caminhar nessa direção, estabelecendo parcerias de natureza variada: com a União, com os municípios, com a iniciativa privada, com organizações não-governamentais, com organizações sociais e demais instituições do terceiro setor.

Nesse sentido, o Programa Estadual de Organizações Sociais tem como finalidade fomentar, em articulação com os órgãos e entidades do Estado e com a sociedade civil organizada, o estabelecimento de parcerias destinadas à implantação e/ou gestão de serviços e atividades de interesse público.

A Organização Social é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada pelo poder público na forma da Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003. A OS está autorizada, através de processo seletivo, a gerir atividade ou serviço público. O sistema operacional é simples: a entidade administra um patrimônio do Estado durante um período preestabelecido, a partir de um contrato de gestão que define as metas a serem atingidas.

O Conselho de Gestão das Organizações Sociais, que tomou posse em agosto, foi insti-

tuído pela nova Lei de Organizações Sociais e é, desde então, a principal instância para garantia do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão. Os membros efetivos do Conselho são cinco secretários de Estado – da Administração, da Saúde, da Indústria, Comércio e Mineração, da Educação e da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – e por representantes da sociedade civil.

ONG Forte

Esse programa tem como objetivo o fortalecimento das instituições sociais, através da capacitação em gestão, formulação de projetos e captação de recursos, buscando a sustentabilidade das suas ações e apoiando, através do aporte de recursos, iniciativas produtivas e de desenvolvimento comunitário dessas instituições. São três as linhas de ação que compõem o programa:

Capacitação de Gestores Sociais – Melhora o atendimento às demandas sociais, através de um novo modelo de gestão, mais dinâmico, ágil, responsável e transparente.



Programa ONG Forte

Residência Social – Possibilita o acompanhamento qualificado das instituições por estudantes universitários e a interação entre elas e a comunidade acadêmica.

Banco de Projetos – Promove a auto-sustentação das instituições, através de apoio aos projetos socioprodutivos de combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Em 2004, o ONG Forte investiu R\$ 1,8 milhão, beneficiando 2.273 famílias carentes.

Ao longo do exercício de 2004 foram capacitados 195 gestores sociais e um total de 595 instituições receberam acompanhamento de 108 residentes. Além disso, foram realizados fóruns em Salvador e mais oito municípios do Estado (Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Ilhéus/Itabuna, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Barreiras, Juazeiro e Paulo Afonso). No exercício de 2004, o ONG Forte deu apoio direto a 20 projetos socioprodutivos, que beneficiaram 2.273 famílias e representaram um investimento de R\$ 1,8 milhão.

Na lógica da Gestão Solidária, o ONG Forte vem disseminando, através de palestras, fóruns, desenvolvimento de oficinas, da atuação dos "residentes sociais" e do apoio aos projetos socioprodutivos – uma estratégia de desenvolvimento não apenas econômico, mas também socialmente humano e ecologicamente sustentável.

Apoio Institucional

Atividades Culturais – Para ampliar as ações culturais desenvolvidas no Estado, o Governo da Bahia, através da Secretaria de Cultura e Turismo, vem apoiando financeiramente entidades na manutenção e desenvolvimento de atividades culturais, conforme mostra o Quadro 2.



Apoio a Entidade Cultural – Forte da Capoeira

QUADRO 2

ENTIDADES CULTURAIS APOIADAS PELO GOVERNO DO ESTADO
BAHIA, 2004

UNIDADE	ENTIDADE APOIADA
Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb	Academia de Letras da Bahia Casa das Filarmônicas Escola de Dança da Ufba Fapex - Ufba Forte da Capoeira Fundação Pierre Verger Sol Movimento de Cena Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro Projeto Axé Grupo Vila Dança Teatro Vila Velha
Fundação Pedro Calmon – FPC	Câmara Baiana do Livro Casa de Cultura Anísio Teixeira Centro Brasileiro de Difusão do Livro e da Leitura - Viva o Livro Fundação Casa de Jorge Amado Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac	Fapex - Ufba Federação Baiana do Culto Afro Fundação Cidade Mãe Fundação Hansen Bahia Fundação Museu Carlos Costa Pinto Museu do Recolhimento dos Humildes

Fonte: SCT

Conselhos Regionais de Desenvolvimento –

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são meios para incorporação da dimensão espacial no aparato institucional de gestão, constituindo mecanismos privilegiados para construção de convergências de estratégias e políticas de desenvolvimento, tendo como pressupostos a integração territorial, a flexibilidade das regionalizações setoriais justificadas pela especificidade da atuação de cada organismo público e a construção de um modelo de governança capaz de repercutir no avanço da descentralização, no fortalecimento da capacidade local de gerenciamento e operação, e no estímulo a ações municipais consorciadas, além da integração das ações dos poderes públicos nas três esferas de governo.

Pela importância que assumem, inclusive como forma inovadora de gestão, já que inauguram novos relacionamentos entre entes governamentais e atores sociais, bem como imprimem a necessidade de formação de visões estratégicas regionais capazes de articular a ação das diferentes funções de governo, os Conselhos Regionais exigem uma implementação planejada e consistente, cuidadosa o suficiente para impulsionar suas condições de sustentabilidade, mas sem perder de vista a necessária flexibilidade para permitir adaptações às realidades locais.

Nesse sentido, a SEPLAN elaborou, ao longo do exercício de 2004, um plano de ação a ser executado na região polarizada por Juazeiro, envolvendo a Superintendência de Planeja-

mento Estratégico – SPE, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e a Universidade do Estado da Bahia – Uneb.

Fortalecimento das Escolas Família Agrícola

– O Projeto de Fortalecimento das Escolas Família Agrícola tem o objetivo específico de apoiar a manutenção e o funcionamento das 33 unidades escolares desse modelo existentes no Estado. Além da prestação de assessoramento técnico e gerencial através de ex-alunos e monitores, o projeto tem como público-alvo alunos, educadores, pequenos produtores rurais e assentados.

Em 2004, foi assinado um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, e duas entidades, a Associação das

Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia – Aecofaba, que agrega 26 escolas, e a Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semi-Árido – Refaisa, com sete escolas.

O objetivo do convênio é o fortalecimento das escolas, com ênfase nas ações voltadas para a formação dos agentes comunitários rurais, que vão representar o elo entre o profissional de assistência técnica e o pequeno produtor rural.

As 33 Escolas Família Agrícola do Estado – das quais 31 de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio – adotam a pedagogia da alternância, que consiste na educação formal, em que o aluno fica 15 dias na escola, e na educação alternativa para o meio rural, quando o aluno passa 15 dias com a família.

